

**Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**272 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 8 a 12 de junho de 2026**

<b>1. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA IRLANDESA DO CONSELHO DA UE</b>	<b>1</b>
Prioridades: competitividade, segurança e valores	1
A Presidência do Conselho da UE	2
<b>2. CONSELHO EUROPEU DE JUNHO - ANTECIPAÇÃO</b>	<b>3</b>
Agenda e temas	3
QFP 2028-34: negotiating box	3
<b>3. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA PARA ILHAS E REGIÕES COSTEIRAS</b>	<b>5</b>
<b>4. CIMEIRA UE - REPÚBLICA DA COREIA: PARCERIA ESTRATÉGICA</b>	<b>6</b>
<b>5. COMISSÃO EUROPEIA - BOAS PRÁTICAS PARA CONTEÚDOS GERADOS POR IA</b>	<b>7</b>
<b>6. BCE - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA</b>	<b>7</b>
<b>7. ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA - PE</b>	<b>8</b>
<b>8. REDE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS - RELATÓRIO ANUAL</b>	<b>8</b>
<b>9. REUNIÕES DO CONSELHO</b>	<b>9</b>
<b>10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>	<b>9</b>
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

## 1. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA IRLANDESA DO CONSELHO DA UE

**Prioridades:** [competitividade](#), [segurança](#) e [valores](#)

A Irlanda assumirá, em 1 de julho de 2026, a [Presidência do Conselho da União Europeia](#), pela oitava vez, sob o lema “*Strength with unity*” (“*A união faz a força*”). O programa da [Presidência irlandesa do Conselho da UE](#) foi apresentado, em 10 de junho, pelo Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, que sublinhou que a Irlanda dará prioridade a ações destinadas a “reforçar a competitividade da economia europeia, preservar os valores fundamentais da União, tanto a nível interno como internacional, e garantir a segurança dos cidadãos”.



A Presidência decorrerá num contexto exigente para a União Europeia, marcado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pela necessidade de reforçar a segurança e a resiliência europeias, pelo debate sobre o [alargamento da União Europeia](#), pela preparação do próximo [Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034](#) e pela urgência de melhorar a competitividade da economia europeia.

São identificadas três prioridades principais (detalhe [aqui](#)) [competitividade](#), [segurança](#) e [valores](#) — que estruturam a agenda da Presidência irlandesa do Conselho da UE.

### 1. *Competitividade*

A competitividade será uma prioridade central, com o objetivo de reforçar a capacidade da União para gerar crescimento, inovação, investimento e produtividade. A Irlanda pretende dar seguimento à roadmap “Uma Europa, um Mercado”, que a Embaixadora Aingéal O’Donoghue considerou acompanhada de prazos “muito claros e muito ambiciosos”. Neste domínio, a Presidência dará especial atenção a:

- [simplificação regulamentar](#), incluindo os pacotes Omnibus;
- aprofundamento do [Mercado Interno](#), para bens e serviços, incluindo um eventual “28.º regime”;
- [União da Poupança e do Investimento](#), com incidência na integração e supervisão dos mercados, titularização e regimes de pensões;
- soberania tecnológica e [transição digital](#), incluindo inteligência artificial, semicondutores, computação em nuvem, biotecnologia e tecnologias emergentes;
- política industrial, resiliência económica e discussão sobre preferência europeia em setores críticos ou vulneráveis;
- [energia e transição limpa](#), com destaque para segurança energética, redes elétricas, infraestruturas críticas e redução da dependência de combustíveis fósseis.

### 2. *Segurança*

A segurança será abordada em sentido amplo, abrangendo defesa, resiliência, [cibersegurança](#), segurança económica, energética e alimentar, proteção de infraestruturas críticas, segurança marítima e resposta a [ameaças híbridas](#). A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia continuará a ser um elemento estruturante da agenda, naquilo que Embaixadora irlandesa junto da UE, Aingéal O’Donoghue, classificou como um “desafio transversal” para a União, exigindo apoio financeiro, político, militar, institucional e diplomático para assegurar a continuidade do [apoio da UE à Ucrânia](#), manter a pressão sobre a Rússia através de [sanções](#) e apoiar o percurso europeu de Kyiv.

No mesmo eixo, a Irlanda acompanhará:

- futura Estratégia Europeia de Segurança, coligações de capacidades e contratação pública no domínio da defesa;
- programa AGILE e [mobilidade militar](#);
- segurança marítima, proteção de cabos submarinos e resiliência de infraestruturas digitais e energéticas;
- combate às ameaças híbridas e à criminalidade grave e organizada, incluindo tráfico de armas, tráfico de migrantes e criminalidade nos portos;
- implementação do [Pacto em matéria de Migração e Asilo](#).

### 3. **Valores**

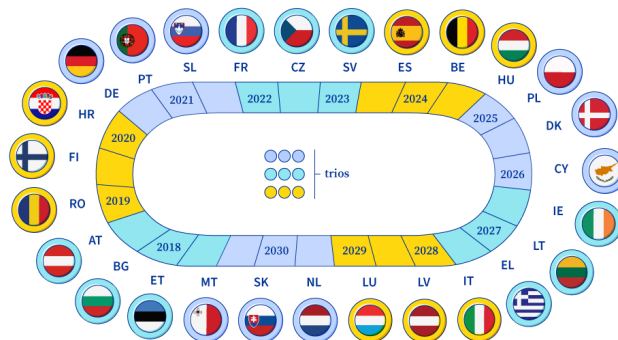
A prioridade relativa aos valores assenta na defesa da dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, [Estado de direito](#) e direitos humanos. A Presidência considera que os valores são “o verdadeiro motor” da ação europeia e “o fundamento da nossa comunidade europeia”. A Presidência dará particular atenção a:

- Estado de direito e resiliência democrática, incluindo o Escudo Europeu da Democracia e a Estratégia da UE para a Sociedade Civil;
- proteção da democracia no espaço digital, com combate à [desinformação](#), proteção dos direitos fundamentais em linha, aplicação do [Regulamento dos Serviços Digitais](#) e proteção das crianças;
- [alargamento da União Europeia](#), entendido como expressão dos valores europeus e investimento estratégico na paz, estabilidade e prosperidade;
- papel da União como ator global baseado em princípios, com defesa do multilateralismo, das Nações Unidas, do direito internacional, dos direitos humanos e da ordem internacional baseada em regras.

Neste domínio, o objetivo é progredir com a Ucrânia e a Moldávia, acompanhar a ambição do Montenegro de concluir as negociações sobre todos os capítulos até ao final do ano e promover progressos com a Albânia. A agenda incluirá ainda o [Médio Oriente](#), a solução dos dois Estados, a situação humanitária em Gaza, a estabilidade no Líbano, na Síria e no Golfo.

### A Presidência do Conselho da UE<sup>1</sup>

Recorde-se que a [Presidência do Conselho da UE](#) é exercida rotativamente por cada Estado-Membro durante seis meses, e deve atuar como mediador imparcial, procurando construir compromissos entre os Estados-Membros e o bom funcionamento do processo legislativo europeu. Cada Presidência integra ainda um trio de Presidências, que define um programa comum de 18 meses, para coerência e continuidade aos trabalhos do Conselho. O programa do trio seguinte (Irlanda, Lituânia e República Helénica) será disponibilizado [aqui](#).



<sup>1</sup> Fonte: Conselho da UE.

## 2. CONSELHO EUROPEU DE JUNHO - ANTECIPAÇÃO

### Agenda e temas

O Conselho Europeu, presidido por António Costa, reunir-se-á nos dias 18 e 19 de junho de 2026, no Edifício Europa, em Bruxelas (detalhe [aqui](#)). A reunião deverá centrar-se em alguns dos principais dossiês estratégicos da atualidade europeia, incluindo a Ucrânia, o Médio Oriente, o próximo Quadro Financeiro Plurianual, os desafios económicos globais, a defesa e segurança europeias, a migração, o combate às drogas ilícitas e o Semestre Europeu. O projeto de conclusões do Conselho Europeu de 18 e 19 de junho de 2026<sup>2</sup>, circuladas esta semana, abrange este conjunto muito amplo de temas políticos

### QFP 2028-34: negotiating box

A Presidência cipriota do Conselho da União Europeia apresentou a **primeira negotiating box com montantes concretos relativa ao próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034**. O documento, com 49 páginas e natureza não vinculativa<sup>3</sup>, constitui um ponto de partida para as discussões que terão lugar nas próximas semanas, incluindo ao nível dos embaixadores, dos ministros dos Assuntos Europeus e dos Chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu.

A proposta cipriota aponta para um **orçamento de 1 730 mil milhões de euros em preços de 2025**, o que representa uma redução de cerca de 2%, ou 32,8 mil milhões de euros, face à proposta inicial da Comissão Europeia, que previa 1 760 mil milhões de euros em preços de 2025, incluindo 149 mil milhões de euros para reembolsos do NextGenerationEU. Em preços correntes, a proposta da Comissão ascendia a 1 980 mil milhões de euros, incluindo 168 mil milhões de euros para esses reembolsos.

Em percentagem do Rendimento Nacional Bruto da União, a proposta da Presidência cipriota corresponde a 1,23% do RNB, incluindo os reembolsos do instrumento de recuperação, ou 1,13% sem esses reembolsos. A proposta inicial da Comissão correspondia a 1,26% do RNB, ou 1,15% excluindo os reembolsos, enquanto o Parlamento Europeu aprovou uma posição equivalente a 1,27% do RNB, excluindo os reembolsos.

A apresentação desta *negotiating box* enquadra-se numa negociação politicamente sensível, em que se contrapõem diferentes prioridades nacionais e institucionais. Países como a Alemanha, os Países Baixos, a Áustria e a Suécia têm defendido um orçamento mais reduzido e mais orientado para novas prioridades, como defesa e competitividade. Em sentido diverso, o grupo dos chamados “Amigos da Coesão”, composto sobretudo por Estados-Membros do sul e do leste da União, mas incluindo também Espanha e Itália, tem procurado proteger o financiamento da agricultura e da coesão. Detalhamos, em seguida, a distribuição de montantes pelas diferentes rubricas.

### **Rubrica 1 — Fundo**

A primeira rubrica, relativa ao *Fundo Europeu para a coesão económica, social e territorial, a agricultura e o desenvolvimento rural, as pescas e os assuntos marítimos, a prosperidade e a segurança*, agrega políticas tradicionalmente centrais do orçamento europeu, incluindo coesão, agricultura, pescas, política social e migração. Trata-se da maior componente do orçamento proposto e está associada à reforma estrutural apresentada pela Comissão, centrada em planos nacionais baseados no desempenho — os Planos Nacionais e Regionais de Parceria.

Na proposta inicial da Comissão, esta rubrica ascendia a 946 mil milhões de euros em preços de 2025, ou 1 062 mil milhões de euros em preços correntes. Dentro deste envelope, os Planos Nacionais e Regionais de Parceria

<sup>2</sup> Documento reservado, disponível a pedido.

<sup>3</sup> Documento reservado, disponível a pedido.

representavam 771,3 mil milhões de euros em preços de 2025, equivalentes a 865 mil milhões de euros em preços correntes.

A *negotiating box* da Presidência cipriota propõe para esta rubrica 942,1 mil milhões de euros em preços de 2025, incluindo 770,4 mil milhões de euros para os Planos Nacionais e Regionais de Parceria, também em preços de 2025. A redução é, assim, limitada: o envelope global do Fundo diminui 3,9 mil milhões de euros face à proposta da Comissão, enquanto os planos nacionais sofrem uma redução de apenas 0,9 mil milhões de euros.

Esta opção confirma a intenção de proteger, tanto quanto possível, as políticas tradicionais da União, em particular a coesão e a agricultura. Por esse motivo, a proposta é apresentada como favorável aos Estados-Membros que defendem a preservação destes instrumentos, nomeadamente os países beneficiários líquidos e os membros do grupo dos “*Amigos da Coesão*”.

### **Rubrica 2 — Competitividade, prosperidade e segurança**

A segunda rubrica, relativa a competitividade, prosperidade e segurança, é uma das mais afetadas pela proposta cipriota. Na proposta inicial da Comissão, esta rubrica ascendia a 522 mil milhões de euros em preços de 2025, ou 590 mil milhões de euros em preços correntes. Desse montante, o Fundo Europeu de Competitividade, excluindo o programa Horizonte, representava 207 mil milhões de euros em preços de 2025, ou 234 mil milhões de euros em preços correntes. O programa Horizonte dispunha de uma dotação proposta de 155 mil milhões de euros em preços de 2025, equivalentes a 175 mil milhões de euros em preços correntes.

A proposta cipriota reduz esta rubrica para 501,7 mil milhões de euros em preços de 2025, o que corresponde a uma diminuição de 20,3 mil milhões de euros face à proposta da Comissão. No interior deste envelope, o Fundo Europeu de Competitividade, excluindo o Horizonte, passaria para 199 mil milhões de euros em preços de 2025, menos 8 mil milhões de euros do que na proposta inicial. O programa Horizonte seria reduzido para 148,6 mil milhões de euros em preços de 2025, menos 6,4 mil milhões de euros do que o valor inicialmente apresentado pela Comissão.

Esta redução ilustra uma das principais tensões da negociação: por um lado, a Comissão e vários Estados-Membros defendem a necessidade de reforçar novas prioridades (competitividade, defesa, inovação e autonomia estratégica); por outro, a *negotiating box* revela a dificuldade de acomodar essas prioridades num orçamento globalmente mais contido e politicamente equilibrado entre interesses nacionais divergentes.

### **Rubrica 3 — Europa Global**

A terceira rubrica, *Europa Global*, corresponde à dimensão externa do orçamento da União, incluindo instrumentos de ação externa, alargamento, política externa e capacidade de resposta rápida a crises. A proposta da Comissão previa uma afetação simplificada de fundos através de seis envelopes regionais, incluindo iniciativas relacionadas com o alargamento e a política externa, bem como uma reserva destinada a respostas rápidas em situações de emergência.

Na proposta inicial da Comissão, esta rubrica ascendia a 190 mil milhões de euros em preços de 2025, ou 215 mil milhões de euros em preços correntes. A *negotiating box* da Presidência cipriota propõe 182,5 mil milhões de euros em preços de 2025, o que representa uma redução de 7,5 mil milhões de euros face à proposta da Comissão. Este corte situa-se entre os mais significativos da proposta cipriota e confirma que a ação externa da União será um dos domínios sujeitos a maior pressão na negociação, face à necessidade de conciliar ambição internacional com restrições orçamentais.

### **Administração**

Embora não integre as três rubricas principais destacadas, a rubrica relativa à Administração mantém-se inalterada na proposta cipriota. A Comissão propôs 104 mil milhões de euros em preços de 2025, ou 118 mil

milhões de euros em preços correntes, e a Presidência cipriota mantém o valor de 104 mil milhões de euros em preços de 2025.

Esta *negotiating box* apresentada pela Presidência cipriota suscitou forte insatisfação entre os chamados países “frugais” ou “modernizadores” do orçamento — designadamente Países Baixos, Suécia, Alemanha, Áustria e Dinamarca — por propor uma redução considerada muito limitada face à proposta inicial da Comissão. A crítica incide não apenas sobre a dimensão global do orçamento, mas também sobre a sua orientação interna, uma vez que a Presidência cipriota preserva largamente a agricultura e a coesão, defendidas pelos chamados Amigos da Coesão, enquanto os cortes se concentram nas rubricas ligadas à competitividade, inovação, investigação, defesa e ação externa. A ministra sueca dos Assuntos Europeus, Jessica Rosencrantz, afirmou estar “*surpreendida e desapontada*”, considerando que as reduções são “*quase invisíveis e totalmente insuficientes*” e que a proposta “*não pode servir de base de discussão*”; no mesmo sentido, o ministro das Finanças neerlandês, Eelco Heinen, considerou que o volume global permanece “*muito demasiado elevado*” e qualificou o orçamento como “*incomportável, desequilibrado e mal orientado*”.

A Presidência cipriota rejeitou, contudo, a ideia de favorecimento dos Estados defensores da coesão, afirmando ter atuado como “*verdadeiro mediador imparcial*”. A vice-ministra cipriota dos Assuntos Europeus, Marilena Raouna, defendeu que se trata de um “*compromisso equilibrado*”, destinado a manter todos os Estados-Membros à mesa, sublinhando a “*preservação dos critérios de excelência*” no futuro Fundo para a Competitividade e a preservação da “*arquitetura modernizada do orçamento*”, nomeadamente através dos Planos Nacionais e Regionais baseados no desempenho. Persistem, porém, divergências significativas sobre estes planos, sobre o funcionamento do Fundo para a Competitividade e sobre o futuro dos *rebates* de que beneficiam atualmente Alemanha, Suécia, Áustria, Dinamarca e Países Baixos. A negociação deverá, por isso, assumir particular relevância política no Conselho Europeu de 18 e 19 de junho, em Bruxelas.

### 3. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA PARA ILHAS E REGIÕES COSTEIRAS

A Comissão Europeia apresentou, em 10 de junho, **as primeiras estratégias especificamente dedicadas às ilhas da UE e às comunidades costeiras**, com o objetivo de adaptar melhor as políticas públicas europeias às especificidades territoriais destes espaços e orientar, de forma mais eficaz, a utilização dos instrumentos financeiros existentes, em especial no quadro da política de coesão. As duas estratégias integram a lógica mais ampla do **Pacto Europeu para os Oceanos**, que inclui entre as suas prioridades o apoio às comunidades costeiras, insulares e ultraperiféricas, e complementam outras iniciativas recentes, como o OceanEye e a estratégia do “direito de permanecer”. A Comissão sublinha que as comunidades costeiras e insulares necessitam de respostas adaptadas aos seus desafios próprios, designadamente alterações climáticas, declínio demográfico, custos acrescidos, pressão turística e vulnerabilidade económica (mais informação em [Oceans and fisheries](#)).

No caso das ilhas, a estratégia reconhece, pela primeira vez, o chamado “*custo da insularidade*”. Raffaele Fitto, Vice-Presidente Executivo da Comissão responsável pela Coesão, recordou que a UE conta com “*mais de 4 000 ilhas*” habitadas por cerca de “*17 milhões de pessoas*” e que os custos de transporte, habitação e serviços públicos são, em regra, superiores aos do continente. A própria estratégia assinala que a UE tem cerca de 27 000 ilhas, das quais mais de 4 000 habitadas, e que os custos de transporte podem exceder em mais de 300% os valores de referência no continente, enquanto os encargos locais por habitante podem ser 30% a 50% superiores e os preços da habitação 75% a 130% mais elevados em alguns municípios insulares. A estratégia organiza-se em quatro pilares: desenvolvimento económico, conectividade, competitividade e inovação; segurança energética, proteção ambiental, transição verde e resiliência climática; comunidades, demografia e qualidade de vida; e segurança e preparação para crises.

A estratégia para as comunidades costeiras visa reforçar a prosperidade, a resiliência e a qualidade de vida dos territórios litorais. A Comissão identifica cerca de 70 000 km de costa, 95 milhões de pessoas a viver em regiões costeiras e 22 Estados-Membros com litoral, sublinhando que estas comunidades enfrentam desafios específicos, como alterações climáticas, turismo desequilibrado e declínio demográfico. No eixo da prosperidade, a estratégia procura valorizar setores tradicionais — pesca, aquicultura e turismo — e estimular novas atividades sustentáveis, como a bioeconomia azul, a energia offshore ou o pescaturism. No eixo da resiliência, prevê medidas de adaptação climática, avaliação de riscos e apoio ao investimento, tendo em conta a exposição dos litorais a inundações, erosão e choques ambientais. No eixo da qualidade de vida, aponta para a necessidade de responder a problemas de habitação, acesso a serviços essenciais, transportes, educação, infraestruturas digitais, identidade local e património marítimo.

A Comissão prevê ainda ações concretas, incluindo o reforço do papel das comunidades costeiras no ordenamento do espaço marítimo, o apoio a projetos locais ligados à economia azul, a introdução de créditos de carbono azul, a resposta à escassez de habitação através da futura legislação europeia sobre habitação acessível e o reforço da adaptação climática com recurso a financiamento europeu e avaliações de risco. O acompanhamento das estratégias será integrado no dashboard do Pacto Europeu para os Oceanos e no relatório sobre o estado de execução desse Pacto. A [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) saudou as iniciativas, defendendo que as autoridades regionais e locais devem ser envolvidas como parceiras de pleno direito na conceção, execução e acompanhamento das estratégias.

#### 4. CIMEIRA UE - REPÚBLICA DA COREIA: PARCERIA ESTRATÉGICA

A **União Europeia e a República da Coreia** realizaram, em 10 de junho de 2026, em Bruxelas, a sua 11.ª Cimeira, com a participação da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, do Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e do Presidente sul-coreano, Lee Jae-Myung. A cimeira marcou uma nova fase da [parceria estratégica UE–República da Coreia](#), com resultados concretos em matéria de resiliência económica, segurança e defesa, investigação, inovação e transição energética limpa. Ursula von der Leyen sublinhou que “a parceria entre a União Europeia e a República da Coreia nunca foi tão importante”, destacando a cooperação para “reforçar a segurança económica e impulsionar a inovação” (mais informação [aqui](#)).

No plano económico e comercial, as partes acordaram lançar uma **nova Parceria para a Competitividade**, abrangendo comércio, investimento, cadeias de abastecimento, digital, tecnologias avançadas, energia e inovação. Será também criado um Diálogo Económico de Alto Nível, assente em fóruns já existentes sobre comércio, segurança económica, questões comerciais emergentes e política industrial. A cimeira permitiu ainda a assinatura de um Acordo sobre Comércio Digital, destinado a tornar as transações digitais mais simples e previsíveis, preservando economias digitais abertas, competitivas e justas. Maroš Šefčovič afirmou que o acordo aproxima “a UE e a Coreia”, assegurando que a parceria acompanha o futuro do comércio digital e traz benefícios concretos para empresas e cidadãos.

No domínio da **segurança**, os líderes reafirmaram a ligação entre a segurança europeia e a segurança no Indo-Pacífico, o compromisso com a ordem internacional baseada em regras e o apoio à Ucrânia face à guerra de agressão da Rússia. Manifestaram igualmente preocupação com os programas nuclear e balístico da República Popular Democrática da Coreia e reiteraram a importância da desnuclearização completa da Península Coreana. A UE e a República da Coreia comprometeram-se a reforçar a sua Parceria de Segurança e Defesa, incluindo cibersegurança, ameaças híbridas, manipulação da informação, contraterrorismo, não proliferação, segurança marítima e espacial, bem como a iniciar trabalhos para um Acordo de Segurança da Informação. Kaja Kallas

assinalou que, embora geograficamente distantes, a UE e a Coreia enfrentam desafios de segurança semelhantes e que, quando a ordem internacional é atacada, a Europa sabe que tem “*um amigo na Coreia*”.

## 5. COMISSÃO EUROPEIA - BOAS PRÁTICAS PARA CONTEÚDOS GERADOS POR IA

A Comissão Europeia publicou, em 10 de junho, a versão definitiva do [Código de Boas Práticas sobre a marcação e rotulagem de conteúdos gerados por inteligência artificial](#), instrumento voluntário destinado a apoiar fornecedores e responsáveis pela implantação de sistemas de IA no cumprimento das obrigações de transparência previstas no [Regulamento Inteligência Artificial](#). A partir de 2 de agosto de 2026, estas entidades deverão indicar claramente conteúdos gerados ou manipulados por IA, incluindo deepfakes sobre matérias de interesse público que não tenham sido objeto de revisão humana ou controlo editorial, de modo a reduzir riscos de engano e manipulação. A Comissão enquadra este Código nas obrigações do artigo 50.º do Regulamento IA, relativas à marcação, deteção e rotulagem de conteúdos sintéticos.

O Código distingue as obrigações aplicáveis aos fornecedores de sistemas de IA generativa e aos respetivos utilizadores/*deployers*. Para os fornecedores, clarifica como conteúdos áudio, imagens, vídeos ou textos gerados ou manipulados por IA podem ser marcados de forma legível por máquina e detetável como artificialmente criados ou alterados. Para os utilizadores, explica como identificar de modo claro *deepfakes* e textos gerados ou manipulados por IA quando sejam publicados para informar o público sobre questões de interesse geral e não tenham sido sujeitos a revisão humana ou controlo editorial. O Código propõe ainda ícones de utilização livre para sinalizar conteúdos totalmente gerados por IA, parcialmente alterados por IA ou *deepfakes* criados com recurso a IA.

A Vice-Presidente Executiva da Comissão responsável pela Soberania Tecnológica, Henna Virkkunen, apelou aos fornecedores e desenvolvedores de IA para que demonstrem liderança no desenvolvimento e implantação de uma IA “*responsável e digna de confiança*”, sublinhando que “*os europeus têm o direito de saber se aquilo que veem, ouvem ou leem foi criado ou alterado por inteligência artificial, em especial quando esse conteúdo é suscetível de influenciar o debate público*”. O Código está a ser avaliado pela Comissão e pelo Comité da IA; uma vez aprovado, as entidades aderentes poderão utilizá-lo para demonstrar conformidade com as obrigações relevantes do Regulamento IA, embora quem opte por meios alternativos tenha de provar que oferece um nível de proteção equivalente.

## 6. BCE - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

O Conselho do BCE decidiu, em 11 de junho de 2026, **aumentar as três taxas de juro diretoras em 25 pontos base**, justificando a decisão com a necessidade de assegurar que a inflação estabiliza no **objetivo de 2% no médio prazo**, num contexto em que a guerra no Médio Oriente está a gerar novas pressões inflacionistas. Assim, a partir de 17 de junho de 2026, a taxa da facilidade permanente de depósito sobe para 2,25%, a taxa das operações principais de refinanciamento para 2,40% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez para 2,65%. O BCE sublinha que continuará a decidir reunião a reunião, sem se comprometer antecipadamente com uma trajetória específica para as taxas de juro (mais informação em [European Central Bank](#)).

Nas novas [projeções dos serviços do Eurosistema](#), a inflação global deverá situar-se, em média, em 3,0% em 2026, 2,3% em 2027 e 2,0% em 2028; excluindo energia e produtos alimentares, deverá ser de 2,5% em 2026 e 2027 e 2,2% em 2028. Estas projeções foram revistas em alta para 2026 e 2027, devido a uma trajetória mais elevada dos preços da energia, com efeitos esperados sobre alimentos, bens e serviços. Quanto ao **crescimento económico**, o cenário de base aponta para 0,8% em 2026, 1,2% em 2027 e 1,5% em 2028, com revisão em baixa

para 2026 e 2027, refletindo o impacto mais pronunciado da guerra sobre os mercados de matérias-primas, os rendimentos reais e a confiança.

## 7. ESCUDO EUROPEU DA DEMOCRACIA - PE

O relator do Parlamento Europeu sobre o Escudo Europeu da Democracia, Tomas Tobé, do Grupo do Partido Popular Europeu, da Suécia, considerou que a proposta apresentada pela Comissão Europeia em novembro último não é suficientemente ambiciosa para responder às campanhas de ingerência estrangeira e de desinformação. A duas semanas da votação na comissão especial do PE dedicada ao tema (EUDS, [aqui](#)), o Deputado defendeu o reforço das capacidades europeias de ação contra ameaças híbridas, sublinhando que a União Europeia deve ultrapassar uma abordagem centrada sobretudo na análise e na coordenação. Segundo Tobé, a **Rússia prossegue dois objetivos principais**: por um lado, a expansão territorial, ilustrada pela guerra contra a Ucrânia; por outro, o enfraquecimento da Europa através da divisão das sociedades e da influência sobre processos democráticos. Neste contexto, referiu como exemplos as eleições presidenciais na Roménia, as eleições federais alemãs, os debates sobre a adesão da Suécia à NATO e futuras consultas políticas na Islândia. Embora tenha saudado a iniciativa da Comissão, afirmou que esta “*não é suficientemente ambiciosa*” e defendeu que “*temos de sair de uma situação em que analisamos e avaliamos a desinformação russa e os outros atores hostis*”, para passar a agir “*de forma mais determinada, também a nível europeu*”.

O relatório de iniciativa em negociação no Parlamento propõe reforçar o futuro centro europeu dedicado ao combate às ingerências estrangeiras, dotando-o de uma base jurídica própria, recursos dedicados e representação de todos os Estados-Membros na sua governação. Tomas Tobé defende igualmente uma avaliação regular das capacidades nacionais, que considera muito desiguais entre países.

O texto deverá ser votado na comissão especial em 23 de junho, seguindo depois para apreciação em sessão plenária no outono; o relator indicou contar com o apoio dos grupos Socialistas e Democratas, RENEW e Verdes/Aliança Livre Europeia, mas não espera o apoio do grupo A Esquerda nem dos vários grupos de direita.

## 8. REDE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS - RELATÓRIO ANUAL

O sétimo relatório anual da Rede Europeia das Instituições Nacionais de Direitos Humanos assinala a continuação das pressões sobre o Estado de direito, o espaço cívico e os processos democráticos em vários Estados-Membros da União Europeia. O relatório ([aqui](#)) identifica dificuldades crescentes enfrentadas pelas instituições nacionais de direitos humanos — incluindo falta de recursos, acompanhamento insuficiente das suas recomendações pelas autoridades públicas e campanhas de desinformação — e alerta para a deterioração do espaço da sociedade civil, marcada por ataques a defensores dos direitos humanos, financiamento insuficiente e criminalização de algumas atividades associativas.

A Rede considera que o Estado de direito, a democracia e os direitos humanos estão interligados e que as instituições nacionais de direitos humanos são atores essenciais para a proteção dos direitos fundamentais e dos equilíbrios democráticos, apelando aos Estados-Membros e às instituições europeias para reforçarem as garantias democráticas e o apoio à sociedade civil. A Comissão Europeia recorda, no quadro do seu ciclo anual sobre o Estado de direito, que este mecanismo visa “*promover o Estado de direito e prevenir que os desafios surjam ou se agravem*”.

## 9. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

## 10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#), e presidirá à reunião do Conselho Europeu a 18 e 19 de junho.

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo. Destacamos as votações sobre os compromissos pautais do [acordo comercial UE-EUA](#), a reforma das regras de [regresso de migrantes em situação irregular](#), e as alterações à [Lei da Inteligência Artificial](#), incluindo a proibição de aplicações de “nudificação” artificial. Os Deputados debaterão ainda o [Conselho Europeu de junho e as relações económicas UE-China](#), a [soberania e resiliência digitais](#), a [proteção das crianças nas redes sociais](#), o [Médio Oriente](#) com a Alta Representante Kaja Kallas.

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [16 de junho](#).

### Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 15 de junho - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 16 de junho - [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Saúde](#), e [Conselho dos Assuntos Gerais](#).

Copenhaga | 12 de junho de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)